

1- Cidade, Ambiente e Sustentabilidade

Pedro R. Jacobi

Prof. Titular- Faculdade de Educação e PROCAM

Universidade de São Paulo

O crescimento urbano e a crescente concentração de população no meio urbano vem acompanhada pela deterioração da qualidade de vida, notadamente nas cidades de países em desenvolvimento. A gestão das cidades tem se caracterizado pelas suas dificuldades em enfrentar os agravos ambientais. Embora não sejam poucas as iniciativas para promover um gerenciamento integrado das atividades urbanas que aumente a qualidade de vida da população e preserve o equilíbrio ambiental, os alcances globais são bastante limitados.

No caso brasileiro, a dinâmica de urbanização associada a uma crise na gestão pública têm como resultado uma explicitação das carências sociais e dos serviços públicos e uma dificuldade concreta de gestão administrativa. Isto tem provocado um crescente grau de deterioração ambiental (Ferreira,) que se manifesta na deterioração dos recursos hídricos e nas dificuldades de garantir qualidade nos serviços urbanos básicos associados ao saneamento ambiental

Esta situação que revela o crescimento do passivo ambiental, exige cada vez mais intervenções em áreas que transcendem as lógicas convencionais de gestão urbana. O principal problema reside no fato que apesar de haver um deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local, esta nem sempre dispõe de estrutura político-administrativa adequada para enfrentar os problemas que têm se avolumado (Jacobi, 2000).

Verifica-se uma redução na importância da política ambiental brasileira (Guimarães,2000) no nível federal e um aumento em âmbito municipal, em vários estados brasileiros, de experiências nas políticas públicas locais estimulando ações que promovam práticas ambientais centradas na sustentabilidade (Ferreira, 1998).

No nível municipal, o aumento de gestões municipais com foco específico para o meio ambiente ocorre após 1988. No nível municipal (Ferreira,1999 ; Jacobi,1994) já existem vários

mecanismos legais e institucionais para o poder local enfrentar o processo de degradação da qualidade de vida de suas cidades.

Entretanto, no Brasil, onde se acumulam demandas sociais como a brasileira, deve se destacar o significado político das questões ambientais estarem sempre em pauta na agenda dos governos locais em varias cidades.

Diversas cidades como é o caso de Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (Ferreira, 1998) contam com recursos técnicos e humanos nas Secretarias, destacando sua ação em torno de temas como poluição das águas e da poluição atmosférica, tratamento do esgoto e a distribuição mais eqüitativa da infra-estrutura no espaço urbano.

Finalmente, é importante salientar que uma agenda para a sustentabilidade ambiental urbana deve levar em consideração a importância de se estimular à expansão dos meios de acesso a uma informação geralmente esparsa e de difícil compreensão, com parte de uma política de fortalecimento do papel dos vários atores sociais na crescente dificuldade na promoção da inclusão social.

A literatura debate a problemática ambiental urbana destacando a importância da atuação de vários atores sociais no processo de formulação e implementação de políticas que buscam responder através de soluções para a problemática.

No Brasil, diversas gestões municipais que iniciaram suas atividades após a promulgação da Constituição de 1988 têm aberto espaços para o fortalecimento de processos participativos. A constituição das agências públicas voltadas especialmente para a questão ambiental e a formulação da política ambiental são recentes no Brasil. O marco importante da ação pública para a área ambiental é a Constituição Federal de 1988, sendo que a novidade é a ação concorrente entre as três esferas da federação: União, Estados e Municípios, como co-responsáveis pela garantia da qualidade ambiental. Na verdade, amplia o papel dos Estados e municípios para exercitarem políticas ambientais.

O desenvolvimento urbano têm tido uma crescente atenção de órgãos governamentais, agências financiadoras, entidades da sociedade civil e especialistas de diversas áreas de conhecimento. Entretanto, as práticas não tem sido muito inovadoras.

As áreas urbanas no Brasil e na América Latina têm se caracterizado pelo aumento das dualidades. Autores mostram isto em toda a sua complexidade e diversidade (Ribeiro, 2004).

Tem-se uma parcela da população que desfruta de um nível alto de consumo e uma parte que também tem condições de satisfazer suas necessidades básicas, relacionando isto com o papel das

idades quanto ao padrão de vida que possuem. Na outra face do espaço urbano estão os excluídos, aqueles que não satisfazem suas necessidades materiais básicas. Ainda que de forma diferenciada, cidades do mundo inteiro defrontam-se com este quadro de inclusão-exclusão (Ribeiro, 2004,).

A cidade “dos que têm” e a cidade dos que não têm”, esta é a realidade urbana brasileira. De um lado, criam-se espaços públicos e se socializa a vida urbana e, por outro, crescem as zonas privatizadas; aumenta a oferta de serviços públicos e de equipamentos coletivos, mas também o número de pessoas que vivem ilhadas em áreas degradadas e periféricas, sem meios para se informar e ter acesso a estes equipamentos.

Na periferia da globalização, as cidades menos desenvolvidas concentrarão não apenas população, mas também miséria. Crescendo num ritmo cada vez mais veloz, dificilmente conseguirão dar a tantas pessoas habitação, transportes e saneamento básico adequados.

À aceleração da desigualdade somou-se a crise do Estado, que tirou dos governos muito do seu poder de investimento em infra-estrutura e serviços sociais. Como resultado, para uma parcela crescente da população, a vida urbana também passou a ser sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas, congestionamentos e poluição. A urbanização é mais acelerada nos países pobres: em média 5% ao ano, contra 0.7% nos países altamente industrializados. Como consequência, de 1995 a 2015, a população urbana nos países menos industrializados deve crescer 52%, enquanto nos industrializados esse índice será de 7%.

No caso brasileiro, destaca-se o fato deste país ter sofrido um dos mais rápidos processos de urbanização do mundo: de 46% em 1940, as cidades passaram a abrigar 80% da população brasileira em 1996 e deve chegar a 88% em 2025. A industrialização tornou os centros urbanos responsáveis por 90% de tudo o que é produzido no país. Esse processo levou a uma concentração de pessoas em grandes metrópoles. A tendência de multiplicação das aglomerações implica mudanças também na gestão urbana. Para lidar com problemas que dizem respeito a vários municípios (lixo, captação de água, segurança, transporte, poluição, por exemplo), deve-se pensar em novas formas de atuação e a internalização da problemática ambiental no processo de formulação e implementação de diferentes políticas públicas, assim como a troca de experiências e informações entre os diferentes atores sociais é crucial neste processo.

Riscos ambientais urbanos – o que está em jogo?

No contexto urbano metropolitano brasileiro os problemas ambientais têm se avolumado a passos agigantados e a sua lenta resolução tem se tornado de conhecimento público pela virulência do seu impacto — aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais, impactos cada vez maiores da poluição do ar na saúde da população.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir, mudanças sócio-políticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos sócio-ambientais.

Adotamos os argumentos de Beck (1992) relativos à configuração de uma lógica da distribuição de riscos. Isto é plenamente compatível com os aspectos acima apresentados, uma vez que o desafio que está colocado é o de criar as condições para, se não reduzir, pelo menos atenuar o preocupante quadro de riscos existente, que afeta desigualmente a população. Os riscos estão diretamente relacionados com a modernidade reflexiva e os ainda imprevisíveis efeitos da globalização.

O tema da sustentabilidade se confronta com o que Beck denomina de “paradigma da sociedade de risco”. Isto implica a necessidade da multiplicação de práticas sociais pautadas pela ampliação do direito à informação e de educação ambiental numa perspectiva integradora. Trata-se de potencializar iniciativas a partir do suposto que maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos pode implicar uma reorganização de poder e autoridade.

Para as metrópoles, a denominação “riscos ambientais urbanos” pode englobar uma grande variedade de acidentes, em diversificada dimensão e socialmente produzidos.

Cotidianamente a população, em geral a de mais baixa renda, está sujeita aos riscos das enchentes, escorregamentos de encostas, contaminação do solo e das águas pela disposição clandestina de resíduos tóxicos industriais, acidentes com cargas perigosas, vazamentos em postos de gasolina, convivência perigosa com minerações, através do ultra-lançamento de fragmentos rochosos e vibrações provenientes da detonação, etc.

Não há como negar a estreita relação entre riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo, que entre as questões determinantes das condições ambientais da cidade, é aquela onde se delineiam os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento e, contraditoriamente, onde mais se identificam competências de âmbito municipal.

Historicamente, os processos de ocupação de muitas metrópoles brasileiras evitaram até meados do século XX, os terrenos mais problemáticos à ocupação (altas declividades, solos frágeis e suscetíveis à erosão), que encontravam-se mais distantes das áreas centrais, onde a pressão pela ocupação era menos intensa.

Entretanto, a partir dos anos 50, com a exacerbação dos processos de “periferização” e mais intensamente nos últimos 30 anos ocorrem dois movimentos simultâneos: a intensificação das intervenções na rede de drenagem, com obras de retificação e canalização dos rios, o aterramento das várzeas e sua incorporação à malha urbana ; e a explosão na abertura de loteamentos de periferia.

A função normativa de uso e ocupação na instalação dos processos de urbanização subordinou-se aos interesses das classes de renda alta e média alta. Os loteamentos periféricos são territórios irregulares que não atendem aos parâmetros urbanísticos estabelecidos e ficam oficialmente excluídos do acesso aos serviços e investimentos públicos, e as melhorias são conseguidas através de obras pontuais e corretivas

No geral observa-se um crescente agravamento dos problemas ambientais nas metrópoles, já que o modelo de apropriação do espaço reflete as desigualdades sócio-econômicas imperantes, sendo o período marcado pela ineficácia ou mesmo ausência total de políticas públicas para o enfrentamento destes problemas, predominando a inércia da Administração Pública na detecção, coerção, correção e proposição de medidas visando ordenar o território do Município e garantir a melhoria da qualidade de vida.

Os impactos negativos do conjunto de problemas ambientais resultam principalmente da precariedade dos serviços e da omissão do poder público na prevenção das condições de vida da população, mas também é reflexo do descuido e da omissão dos próprios moradores, inclusive nos bairros mais carentes de infra-estrutura, colocando em xeque aspectos de interesse coletivo. Isto também traz à tona a contraposição do significado dos problemas ambientais urbanos e as práticas de resistência dos que “têm” e dos que “não têm”, representados sempre pela defesa de interesses particularizados que interferem significativamente na qualidade de vida da cidade como um todo.

O ambiente urbano segregado e os impactos na qualidade de vida

A dinâmica da urbanização pela expansão de áreas suburbanas produziu um ambiente urbano segregado e altamente degradado, com efeitos muito graves sobre a qualidade de vida de sua população. Espaços imprestáveis e inadequados para moradias saudáveis foram usados: 1) morros, 2) pântanos e 3) área de proteção aos mananciais de água doce. Além disso, esta ocupação freqüentemente consistiu em habitações pobres em áreas com escassos serviços urbanos.

A cidades, assim como suas áreas metropolitanas, se caracterizam por enormes desigualdades na distribuição de renda. Em São Paulo, uma vez que os 10% mais ricos de sua população detém 30% da renda total, enquanto os 50% mais pobres ganham apenas a quarta parte. O crescimento de São Paulo criou padrões urbanos similares aos de outras cidades latino-americanas, caracterizadas por grandes disparidades de saúde e status sócio-econômico. A periferia da cidade não é provida de serviços urbanos básicos e tem sido ocupada pelos grupos de renda menos privilegiados. Atualmente, a região metropolitana sofre mudanças econômicas significativas.

No Brasil, em razão da insuficiência da rede de esgotos, há um montante significativo de lançamento de esgotos a céu aberto, conexões clandestinas no sistema de águas pluviais e lançamento direto nos rios. As cidades estão constantemente afetadas por um número crescente de enchentes em pontos críticos das cidades- áreas de risco entre áreas de enchentes e escorregamentos.

A questão do despejo dos resíduos sólidos tem se tornado altamente problemática na maioria das cidades, que não dispõem de espaços adequados para o despejo.

Condições precárias de habitações em favelas e loteamentos periféricos aumentam o déficit de infraestrutura urbana; sua localização em áreas críticas de risco e barrancos multiplicam as condições predatórias à urbanização existente e seu impacto de degradação ambiental.

Cotidianamente a população, em geral a de mais baixa renda, está sujeita aos riscos das enchentes, escorregamentos de encostas, contaminação do solo e das águas pela disposição clandestina de resíduos tóxicos industriais, acidentes com cargas perigosas, vazamentos em postos de gasolina, convivência perigosa com minerações, através do ultra-lançamento de fragmentos rochosos e vibrações provenientes da detonação, etc. Não há como negar a estreita relação entre riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo, que entre as questões determinantes das

condições ambientais da cidade, é aquela onde se delineiam os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento e, contraditoriamente, onde mais se identificam competências de âmbito municipal.

Em São Paulo, no caso específico de áreas de proteção aos mananciais (36% do território municipal) a legislação de proteção ambiental, datada de 1977, impôs intensas restrições ao uso e ocupação do solo e gerou uma ocupação desordenada do solo, provocando uma desvalorização no preço da terra. Essas áreas tornam-se um fator de atração para a localização de loteamentos clandestinos, ocupados por faixas da população excluídas do mercado formal, que somam hoje mais de 1 milhão de habitantes. Somente em 1997 é aprovada uma nova legislação estadual que busca compatibilizar as ações de proteção e preservação dos mananciais com a proteção ambiental, o uso e a ocupação do solo e o desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas, através do estabelecimento de diretrizes gerais para as áreas de proteção e recuperação que devem ser regulamentados em todas as áreas de mananciais.

O crescente agravamento dos problemas ambientais na metrópole e o modelo de apropriação do espaço reflete as desigualdades sócio-econômicas imperantes, sendo o período marcado pela ineficácia ou mesmo ausência total de políticas públicas para o enfrentamento destes problemas, predominando a inércia da Administração Pública na detecção, coerção, correção e proposição de medidas visando ordenar o território do Município e garantir a melhoria da qualidade de vida.

O Contexto de Aceleração dos Riscos Ambientais

As grandes metrópoles brasileiras vivem uma crise ambiental severa, como resultado de práticas gerenciais inadequadas das autoridades locais, assim como também da falta de atenção, da omissão, da demora em colocar em prática ações que reduziram os problemas crescentes e prejudiciais, que estão vinculados às seguintes questões:

- 1) A redução de áreas verdes, o que implica na excessiva impermeabilização do solo e na multiplicação de áreas críticas de ocorrência de enchentes, com impactos ambientais, sociais e econômicos sobre toda a estrutura da cidade, perdurando praticamente por todo o ano.
- 2) A falta de medidas práticas mais definidas, de curto prazo e de políticas para controlar a poluição do ar.

- 3) Uma procrastinação séria na rede de transporte público, e em diversos casos de metrô e de outras alternativas mais adequadas para o transporte público, de forma a possibilitar uma redução no uso dos automóveis.
- 4) Uma procrastinação séria na expansão das redes de esgotos.
- 5) A contaminação da maioria dos mananciais de água e dos rios dentro das cidades, e o risco que isto significa para a população, principalmente nas áreas de enchentes.
- 6) A exaustão das alternativas convencionais para o despejo de lixo e os problemas resultantes da contaminação das águas subterrâneas e de superfície pelo chorume.

O cada vez mais complexo problema dos resíduos sólidos

Nas cidades aumenta a produção de resíduos sólidos. Somente em São Paulo são mais de 15 mil toneladas, dos quais mais de 90% vão para os aterros sanitários, a maioria dos quais já estão no limite de sua capacidade útil.

Muitos aterros não têm tratamento adequado para o chorume derramado, que se infiltra no solo e, provavelmente, chega aos lençóis freáticos. Além disso, nem todo o lixo coletado está sob o controle das autoridades públicas. Além disso, muitos aterros sanitários das cidades, quando existentes, estão no limite da sua capacidade operacional e nem toda a coleta está sob o controle das autoridades públicas. Os depósitos clandestinos representam um problema muito sério nas metrópoles. No caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é um problema real já que uma parte significativa do lixo coletado nas 38 cidades são destinadas aos lixões, e cerca de 25 cidades tem nos lixões a única alternativa para eliminarem seu lixo.

Isto gera sérios impactos ao meio ambiente. A poluição das águas e do solo é o mais significativo. Soma-se a isso a poluição do ar produzida por combustão espontânea; as emissões de gases na atmosfera; a infiltração de gases no sistema de esgoto público, nas fossas sépticas, poços e águas subterrâneas; e, por fim, a degradação da paisagem.

No caso da RMSP, um grande número de vazadouros de lixo estão localizados nas Áreas de Proteção aos Mananciais, já que 56% de sua área está nesta situação. A infraestrutura existente está obsoleta e saturada. Na RMSP há nove aterros sanitários controlados, três incineradores, dois aterros industriais e 25 vazadouros identificados em atividade (nove deles em área de proteção ambiental) e milhares de depósitos clandestinos, às vezes desativados, às vezes em uso,

geralmente para a descarga de material industrial. A magnitude do problema está diretamente relacionada ao fato de que as enormes quantidades diariamente produzidas, e o alto grau de heterogeneidade da composição do lixo sólido, ficam aumentadas por uma crescente falta de áreas física e ambientalmente adequadas para a alocação das atividades de descarte e de tratamento final. Particularmente no caso da cidade de São Paulo, a exaustão do espaço físico para a instalação de aterros controlados criou uma situação muito complexa no que diz respeito aos meios possíveis para solucionar o problema.

Poluição do Ar: Problemas e Respostas da Ação Pública

A cidade de São Paulo, notadamente também se defronta com problemas específicos de poluição do ar, devido a combinação de fatores topográficos, climáticos e do excesso de carros particulares. As condições atmosféricas particulares desta região criam o fenômeno de inversão térmica no inverno, piorando os problemas de poluição do ar e seus impactos na saúde, particularmente com o aumento de doenças pulmonares.

Os padrões de qualidade do ar, frequentemente, são ultrapassados; aqueles que mais rompem tais padrões são as partículas sólidas em suspensão, os monóxidos de carbono e os níveis de ozônio e, em um nível menor, a emissão de dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos.

Associada inicialmente à produção industrial, que agora reduziu significativamente seu impacto, hoje a poluição produzida por veículos automotores são responsáveis por 90% dos gases poluentes e partículas emitidos na atmosfera, com diferenças em relação a cada poluente. A qualidade do ar se deteriorou, significativamente, com o aumento do número de carros em circulação, às más condições de regulação dos motores e os crescentes congestionamentos de tráfego, aumentando a frequência de níveis elevados de poluição do ar. A isto deve-se somar a oferta insuficiente e inadequada de transporte público, estimulando o uso do transporte individual. A frota está estimada em quase 5 milhões de carros e 12 mil ônibus. A contribuição média das fontes poluidoras da cidade de São Paulo, de acordo com a CETESB (1997) é a seguinte: 50% pelos veículos, 20% por partículas sólidas em suspensão, 10% por sulfatos secundários, 9.7% por carbonatos secundários, 3.6% pela queima de combustíveis e 2.3% por outras fontes. A situação do monóxido de carbono, particularmente na cidade de São Paulo, causa muita preocupação e poucos avanços foi visto nos últimos anos. Dados oficiais indicam que, entre 1987 e 1994, os padrões de

qualidade do ar para o total das partículas na atmosfera tem sido ultrapassado, tanto diária quanto anualmente. Durante os períodos desfavoráveis à dispersão dos poluentes, as concentrações excedem o nível de alerta e, ocasionalmente, o nível de alarme.

Nos últimos anos, tem havido uma expansão das chamadas áreas críticas de poluição do ar, basicamente confinadas às áreas mais centrais da cidade. A crescente deterioração da qualidade do ar tem tido como consequência principal uma intensificação dos problemas de saúde, principalmente de doenças respiratórias e cárdio-vasculares. As vítimas principais são crianças que sofrem de desnutrição, idosos e pessoas que sofrem de doenças crônicas – asma e bronquite. O aumento da poluição (especialmente por óxido de nitrogênio e partículas suspensas sólidas/poeira) provoca um aumento da mortalidade por doenças respiratórias nos idosos e nas crianças nos dois dias que se seguem aos níveis mais altos de poluição atmosférica, apontando também para um aumento de 25% na demanda por tratamento de saúde nos hospitais infantis. Nos idosos a situação é alarmante, já que a pesquisa aponta para um aumento de 12% na mortalidade no período de maior incidência da poluição.

Água e Saneamento: custos e ameaças sócioambientais

A baixa qualidade do abastecimento de água das cidades é um dos problemas mais sérios enfrentados pela população. Observa-se uma deterioração constante, provocada pela ocupação irregular, por transações clandestinas de terras, pelo lançamento maciço de esgoto, pela destruição de matas ciliares, pelo assoreamento e pelo lançamento de lixo.

Nas grandes metrópoles tem havido expansão significativa da rede pública de abastecimento de água. Entretanto, a existência de uma rede não significa necessariamente uma regularidade no abastecimento, e o maior problema hoje é encontrar a conexão com a demanda. Além disso, a rede de abastecimento de água, entretanto, não está igualmente distribuída por todos os distritos. Em relação ao sistema de esgotos, este está desigualmente distribuído entre os bairros mais centrais e periféricos.

Tem havido uma enorme procrastinação na expansão do sistema, devido a fatores técnicos, políticos e econômicos. As consequências desse déficit são muito sérias. Em algumas áreas a rede é insuficiente para coletar esgoto, o que resulta em lançamento a céu aberto, conexões clandestinas à rede de águas pluviais e lançamento direto nos rios e ribeirões, o que redundará em uma

porcentagem maior de pessoas afetadas por doenças infecciosas. A principal fonte da poluição dos cursos d'água são os esgotos domésticos, responsáveis por 2/3 da contaminação.

As enchentes representam um outro problema ambiental significativo. A falta de políticas públicas compatíveis com o intenso processo de urbanização e a falta de uma legislação de uso do solo, que poderiam ajudar a controlar o crescimento irregular, criaram uma “cidade ilegal” que ocupa os espaços vazios da cidade, principalmente em área de menor valor devido à proximidade dos cursos d'água. A ocupação caótica do solo provocou uma impermeabilização excessiva do solo urbano, bem como a falta de áreas verdes, criando um aumento permanente do escoamento máximo de drenagem, diminuindo o tempo de concentração das águas.

A consequência disso é um elevado aumento no número de pontos de enchentes, localizados majoritariamente nas periferias das cidades. Os problemas se repetem várias vezes a cada ano, implicando em perdas patrimoniais e no aumento do risco de doenças como a leptospirose.

O Complexo Desafio da Sustentabilidade Urbana

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto urbano marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, não pode omitir a análise do determinante do processo, nem os atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, em uma perspectiva de sustentabilidade.

A noção de sustentabilidade implica em uma interrelação necessária entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento como tendo uma capacidade de suporte (Jacobi, 1999).

No contexto metropolitano brasileiro, os problemas ambientais cresceram a passos gigantescos e suas soluções lentas ficaram publicamente conhecidas pela virulência do seu impacto: um aumento incomensurável das enchentes, dificuldades da administração do lixo sólido e interferência crescente do seu descarte inadequado em áreas potencialmente degradáveis, e mesmo um impacto ainda maior da poluição atmosférica sobre a saúde da população.

A preocupação com o tema do desenvolvimento sustentável introduz não apenas a questão controversa sobre a capacidade de suporte, mas também o alcance e limites das ações para reduzir

o impacto dos danos na vida urbana cotidiana e as respostas baseadas na interrupção do modus operandi e da omissão e participação nas práticas auto-destruidoras.

Baseado nos resultados de pesquisa (Jacobi, 1999), observa-se a necessidade de se incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta, emergem as questões sobre as restrições aos processos que dão novas opções para alterar o quadro atual de degradação sócio-ambiental.

O tema do lixo é provavelmente o que melhor exemplifica as possibilidades para a formulação de políticas públicas preventivas ou minimizadoras. Entretanto, a timidez das iniciativas e a descontinuidade das políticas tem criado um verdadeiro círculo vicioso, dentro da lógica de culpar a vítima.

As possíveis mudanças na esfera de uma política para os resíduos sólidos necessitam ser cada vez mais pensadas dentro de uma visão que minimize o impacto ambiental. Sua inclusão na esfera da sustentabilidade ambiental implica em uma transformação paradigmática, tornando-se um elemento que é complementar para atingir um desenvolvimento econômico que seja compatível com a busca de equidade.

Praticamente todas as cidades brasileiras se encontram em uma situação muito delicada em relação aos resíduos sólidos e os modelos tradicionais apresentam uma série de problemas e de contradições na sua execução. As propostas alternativas têm sido timidamente implementadas e freqüentemente interrompidas, o que tem tornando difícil um avanço qualitativo. O cenário atual, marcado pela exclusão social crescente, provocada por um mercado de trabalho mais seletivo, introduz um fator complicador, que é um número cada vez maior de pessoas que não têm outra opção senão trabalhar em empregos socialmente excluídos. Os níveis crescentes de desempregados que poderiam ser potencialmente absorvidos pelas cooperativas de reciclagem têm contra si a quase total inexistência de mecanismos que encorajam a expansão destes tipos de iniciativas.

Assim a coleta seletiva pode potencializar o envolvimento da população com a gestão integrada dos resíduos sólidos, sendo que a separação do lixo na fonte geradora como indicador para a população do desperdício e da possibilidade de reaproveitamento dos materiais descartados como matéria prima. Isto pode possibilitar o desenvolvimento sócio - ambiental através do apoio do poder público a criação de cooperativas de catadores e de Programas de Coleta Seletiva com Organizações não governamentais.

Isto também pode caracterizar-se como um agente mobilizador num processo de educação ambiental participativa em que todos os setores da sociedade podem se engajar.

Entretanto é importante sempre ter em mente que para implantar um processo de coleta seletiva existe ainda uma fragilidade dos vários sistemas implantados e um longo caminho a ser percorrido no que se refere a : 1) responsabilização e envolvimento dos produtores e distribuidores nos processos de coleta e destinação final do seus resíduos . principalmente embalagens, 2) fragilidade e esgotamento dos modelos de coleta seletiva e necessidade de evolução e troca de tecnologias, 3) avaliação da capacidade de suporte do mercado para grandes quantidades de materiais selecionados nos vários setores, plástico, vidro, papel, metal, tetrapack, e 4) organização das cooperativas de catadores para se tornarem empresas economicamente viáveis.

Um dos grandes desafios é o de gerar empregos com práticas sustentáveis e, por outro, promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

Finalmente, é importante salientar que uma agenda para a sustentabilidade ambiental urbana deve levar em consideração a importância de se estimular a expansão dos meios de acesso a uma informação geralmente esparsa e de difícil compreensão, como parte de uma política de fortalecimento do papel dos vários agentes intervenientes.

Há uma demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como de ser capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo em implementar políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social.

As experiências bem sucedidas, principalmente por parte das administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível capacitar as ações de governo baseadas em princípios ambientalmente sustentáveis relacionados a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social.

A problemática ambiental urbana representa por um lado, um tema muito propício para aprofundar a reflexão em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão de demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravos ambientais. Mas também representa a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para

implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.

O fato da ênfase da população ainda recair principalmente nas soluções providas do poder público não implica apenas numa postura de dependência e de desresponsabilização da população, mas freqüentemente de desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos que propõem uma nova cultura de direitos baseados na motivação e o direito de ser co-partícipes na gestão da cidade. O desafio que se coloca é de analisar o significado da postura dos moradores, que reforça as soluções pautadas pelo papel indutivo e diretivo da ação governamental : 1) na fiscalização e monitoramento da execução de políticas públicas, 2) no estímulo à co-responsabilização da população na prevenção da desordem e da degradação ambiental e 3) no desenvolvimento de campanhas de educação ambiental e de informação.

Embora em geral a população mostre pouca predisposição para as práticas comunitárias, é preciso enfatizar os estímulos às mudanças de comportamento, co-responsabilização e colaboração através de um agente nucleador - a ação governamental - mostra a existência de um potencial para ampliar sua dinâmica interativa com o poder público.

A administração de riscos ambientais coloca a necessidade de ampliar o envolvimento público através de iniciativas que possibilitem uma elevação do nível de consciência ambiental dos moradores garantindo acesso à informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa perspectiva pluralista.

A possibilidade de maior acesso à informação, notadamente dos grupos sociais mais excluídos, pode potencializar mudanças comportamentais necessárias orientadas para a defesa de questões vinculadas ao interesse geral. Cidadãos bem informados, ao se assumirem enquanto atores relevantes, têm mais condições de pressionar autoridades e poluidores, assim como de se motivar para ações de co-responsabilização e participação comunitária.

A implementação de ações implica não somente numa articulação sócio-política, mas também num acordo quanto aos procedimentos de disseminação pública - seja tanto através de campanhas públicas de informação quanto de mecanismos orientados para a constituição de um esforço comunitário para estimular e consolidar um eficiente e consistente processo de participação. Para tanto, torna-se essencial o estímulo aos diversos atores sociais abertamente motivados, visando multiplicar informações, decodificá-las e superar os níveis de desinformação e desinteresse

das pessoas, através de um crescente processo de implementação de políticas públicas pautadas por uma lógica de co-responsabilização.

No atual quadro urbano brasileiro, é inquestionável a necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentáveis como uma forma de se contrapor ao quadro de deterioração crescente das condições de vida. Um agenda para a sustentabilidade urbana deve ter como um dos seus objetivos gerar empregos com práticas sustentáveis e ampliar o nível de consciência ambiental estimulando a população a participar mais intensamente nos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização no monitoramento dos agentes responsáveis pela degradação sócio-ambiental.

A necessária reflexão sobre as possibilidades de tornar nossas cidades mais sustentáveis (Jacobi, 1999) mostra o desafio teórico que está colocado em relação à formulação de propostas que contribuam para alcançar objetivos de sustentabilidade nas cidades.

O desafio político da sustentabilidade, apoiado no potencial transformador das relações sociais que representam o processo da Agenda 21, encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção da cidadania.

O fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos através de parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade.

A necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentáveis representa a possibilidade de contrapor-se ao quadro crescente de deterioração da qualidade de vida. A implementação da prática de parcerias representa a possibilidade de estimular mudanças sócio-institucionais que não comprometam ainda mais os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades urbanas.

O grande desafio que se coloca é, por um lado, gerar empregos com práticas sustentáveis e, por outro, fazer crescer o nível de consciência ambiental, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente nos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação sócio-ambiental.

É importante ressaltar que uma agenda para a sustentabilidade ambiental urbana deve levar em conta a relevância de estimular a expansão dos meios de acesso a uma informação geralmente

dispersa e de difícil compreensão como parte de uma política de fortalecimento do papel dos diversos atores intervenientes.

O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social .

Referências Bibliográficas

Beck, Ulrich (1992). Risk Society. London: Sage Publications.

CETESB (1996), Relatório “Instalações de Resíduos Sólidos no Município de São Paulo”. São Paulo.

CETESB (1997). Relatório de Qualidade do Ar em São Paulo, São Paulo.

Jacobi, Pedro e Teixeira, Marco, A. (1995). “Diagnóstico de Conflitos Socioambientais na Cidade de São Paulo”. Cadernos CEDEC nº 45. São Paulo, Cedec.

Jacobi, Pedro (1999). Cidade e Meio Ambiente. São Paulo. Annablume Editora.

Jacobi, Pedro (2001) “The Metropolitan Region of São Paulo- Problems, Potentials and Conflicts”. *DISP147-*, Zurich, ORL Institut-, vol.4, pp. 20-24.

Valente, Laura Macedo de (2000). Em Busca do Transporte Sustentável para a RMSP: Uma Experiência de Política Ambiental nos Anos 90. Dissertação de Mestrado. PROCAM-USP.

Cano,W e Cruz,R. (1997).Ribeirão Pires: Evolução Sócio-Econômica Recente, Impasses e Perspectivas. In: Fórum de Desenvolvimento Sustentado. A Cidade Discutindo o seu Futuro. Ribeirão Pires: a sua cidade.N. 01.Abril. Ribeirão Pires.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb. Citações e referências de documentos Eletrônicos (on line). Disponível em <URL: <http://www.cetesb.sp.gov.br>>

Cunha, José Marcos Pinto da. A Migração nas Regiões Administrativas da Grande São Paulo Segundo Censo de 1980. Revista Brasileira de Estudos de População, 1997.

Ferreira, Leila C. (1998). **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil**. Boitempo Editorial. São Paulo.

Ferreira, L. C. Sustentabilidade e democracia no poder local . Ambiente e Sociedade, ano 1 no. 1, Nepam/Unicamp, Campinas, 1997 – 63-80.

Fundação SEADE. **São Paulo em Dados**. Citações e referências de documentos Eletrônicos (on line). Disponível em <URL: <http://www.seade.gov.br>>

IBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000.

IBGE (1996). **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.

Jacobi, P. (1999). **Cidade e Meio Ambiente**. Anablume Ed. São Paulo.

Ministério da Saúde - Secretaria Executiva Datasus. Citações e referências de documentos Eletrônicos (on line). Disponível em <URL: <http://www.datasus.gov.br>>

Ribeirão Pires. Informações Sócio-Econômicas da Cidade de Ribeirão Pires. **Ribeirão Pires – a sua cidade. Fórum de Desenvolvimento Sustentável**. Ribeirão Pires: Prefeitura Municipal, 1997.

Ribeirão Pires. **Agenda 21 Local**. Ribeirão Pires: Prefeitura Municipal, 1997.

São Paulo. Decreto Estadual nº 41.049, de 26 de julho de 1996. Gestão Mário Covas. Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão estratégica. **Diário Oficial** v.106, n.143.

São Paulo (Estado).Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental. **Resíduos Urbanos: um problema global**. Tradução de Sonia Maria de Lima Oliveira. São Paulo: SMA, 1998.